

Crise do BRB e relação com o Planalto estão entre os desafios de Celina Leão

Reeleita com 57% dos votos, governadora terá de rever problemas que herdou de Ibaneis Rocha

Por Isabel Dourado

A partir do dia 6 de janeiro de 2027, Celina Leão (PP) assume um novo mandato como governadora do Distrito Federal. Com 100% das urnas apuradas pela Justiça Eleitoral, a governadora foi reeleita com 987 mil votos, o equivalente a 57% do total, e conquistou 161 mil votos a mais entre o primeiro e o segundo turno.

Nas últimas semanas de campanha, Celina percorreu as regiões administrativas do Distrito Federal, visitou obras e projetos, mas evitou participar de debates com Leandro Grass (PT), seu adversário na disputa pelo Palácio do Buriti.

Eleita vice-governadora em 2022, na chapa de Ibaneis Rocha (MDB), Celina assumiu oficialmente o comando do Executivo local em 30 de março deste ano, após a saída do então governador, que almejava disputar uma cadeira no Senado.

Durante a campanha eleitoral, ela buscou se afastar politicamente do governo Ibaneis, do qual fez parte, e construir uma imagem própria. Celina ganhou ainda mais força na disputa pela reeleição após receber o apoio de suas aliadas, como a senadora Damareis Alves (Republicanos), Michelle Bolsonaro e Bia Kicis, ambas do PL.



Celina Leão comemorou reeleição junto com as aliadas

CRISE DO BRB E IBANEIS

Segundo o cientista político Leandro Gabiati, um dos principais desafios da governadora no próximo mandato continuará sendo o Banco de Brasília (BRB), que enfrenta uma crise de liquidez devido à aquisição das carteiras de crédito sem lastro do extinto banco Master, de Daniel Vercaro.

Desde que assumiu o governo, Celina Leão afirma que não tinha conhecimento da operação e que não foi consultada sobre a transação. Ela também negou ter relação com o ex-pre-

sidente do BRB Paulo Henrique Costa, preso em abril deste na quarta fase da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal.

Em delação premiada, o ex-banqueiro Daniel Vercaro, que está preso desde março, afirmou que o ex-governador Ibaneis Rocha exigiu R\$ 400 milhões em propina para viabilizar a compra do Master pelo BRB.

Na avaliação de Leandro Gabiati, as novas revelações podem ampliar o desgaste da gestão de Celina, mesmo que o escândalo financeiro do BRB não

tenha impedido sua reeleição.

“Embora Celina tenha conseguido construir uma identidade própria durante a campanha e se afastar do caso BRB, ela foi vice-governadora. Portanto, não consegue se dissociar completamente desse legado. A reeleição demonstra que, até agora, o eleitorado não responsabiliza diretamente Celina pela crise”, esclarece.

“Entretanto, isso não significa que o assunto esteja superado. Novos desdobramentos das investigações podem aumentar a pressão sobre o

governo e comprometer sua capacidade de articulação”, explica Gabiati.

RELAÇÃO COM LULA

Outro desafio para Celina Leão será a relação com o governo federal, marcada por atritos e trocas de acusações. Para Leandro Gabiati, a derrota do senador Flávio Bolsonaro (PL), que disputava a Presidência da República com o presidente Lula (PT), eliminou um cenário que poderia favorecer a governadora, inclusive nas tentativas de até para solucionar a crise do BRB.

Nos últimos meses, Celina acusou Lula de transformar o BRB em “arma eleitoral”, após o Tesouro Nacional negar o aval do empréstimo de R\$ 6,6 bilhões junto ao FGC, que seria usado para recompor o caixa do banco. A governadora também trocou farpas com o então ministro da Fazenda, Dario Durigan.

“A oposição ao presidente Lula representa uma dificuldade adicional. A governadora terá de encontrar canais de negociação, mesmo sem alinhamento político com o Planalto. Uma confrontação permanente pode dificultar a construção de soluções para problemas que afetam diretamente a população do DF”, avalia Gabiati.

SSP-DF coordenou operação de segurança no 2º turno

As forças de segurança e órgãos públicos atuaram de forma integrada durante o segundo turno das eleições de 2026 no Distrito Federal, realizado no domingo (25).

A operação foi coordenada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), em articulação com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF). O trabalho começou antes da votação, já que o planejamento incluiu a distribuição das urnas.

O Centro Integrado de Operações de Brasília (Ciob) reuniu representantes das instituições participantes para compartilhar informações e acionar os órgãos responsáveis. A operação utilizou o DF 360 para monitorar locais e vias. Uma célula de inteligência reuniu representantes de 22 órgãos.

A Polícia Federal (PF) registrou, no primeiro turno, três termos circunstanciados de ocorrência (TCOs) e um auto de prisão em flagrante (APF). As ocorrências envolvem boca de urna, propaganda eleitoral irregular e possível desobediência à determinação da Justiça Eleitoral, conduta prevista no artigo 347 do Código Eleitoral. Os procedimentos seguem sob responsabilidade da corporação.

A Polícia Militar (PMDF) reforçou o policiamento e usou câmeras de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) em viaturas, câmeras corporais e drones para monitorar áreas de interesse.

O Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) manteve equipes para prevenção e emergências. Até as 19h de

domingo (25), foram atendidas 12 ocorrências; nenhuma tinha relação direta com as eleições ou divergências ideológicas. Apenas um caso exigiu transporte para uma unidade hospitalar; os demais foram resolvidos no local.

O Departamento de Trânsito (Detran-DF) fiscalizou três pontos de Águas Claras: Unieuro, Uniplan e Leonardo da Vinci, além de áreas do Guará e da Asa Sul para organizar o fluxo e coibir estacionamento irregular. As equipes utilizaram viaturas, motocicletas, monitoramento aéreo, cones, barreiras e supercones para organizar o tráfego e sinalizar proibições.

O DER registrou 221 infrações de trânsito por alcoolemia, estacionamento irregular e uso de celular ao volante.



Nas vias, o DER-DF registrou 221 infrações de trânsito no domingo